

AS NOVAS PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

NEW PERSPECTIVES OF INTEGRATION IN SOUTH AMERICA

RICARDO ABRATE LUIGI JÚNIOR

Universidade Estadual de Campinas
ricardoluigi@ige.unicamp.br

RESUMO. O presente estudo pretende demonstrar de que forma as organizações regionais e multilaterais na América do Sul estão redefinindo seus espaços (geo) políticos e econômicos na atualidade. No século XXI, alguns eventos marcaram o reordenamento dos “blocos de poder” na América Latina, entre os quais podemos citar: os atentados de 11 de setembro, diminuindo o poder coercitivo dos EUA na região; a não conclusão da rodada Doha da OMC; o “giro a la izquierda”, com a eleição de uma série de presidentes de esquerda na América Latina; a maior demanda internacional pelas commodities agrícolas, minerais e energéticas; a ascensão chinesa, que suscitou novas parcerias comerciais com o país asiático; a crise econômica mundial iniciada em 2008. Percebem-se, portanto, mudanças nas relações entre os países sul-americanos e seus respectivos agrupamentos. Desde o fim da Guerra Fria houve uma primeira onda de globalização no continente, da qual a regionalização foi um fenômeno importante. Entretanto, de uma ideia de globalização que sugere inevitabilidade e ajustamento passivo avançou-se para a compreensão de um cenário de interdependência complexa, prevendo reciprocidade e dependência negociada. Nesse contexto, de 2001 para cá há uma nova onda de regionalização na América Latina, especialmente na América do Sul. As novas perspectivas da integração buscam superar a integração meramente pela relação comercial, objetivando uma relação mais complexa e produtiva. Nesse âmbito vê-se iniciativas como o fortalecimento do Mercosul, a UNASUL e suas novas institucionalidades (Banco do Sul, CDS, COSIPLAN etc) e a CELAC (criada em 2010) - A Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos – herdeira da CALC (2008), que congrega 32 países da América Latina.

PALAVRAS-CHAVE. INTEGRAÇÃO REGIONAL, AMÉRICA DO SUL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

ABSTRACT. This study aims to demonstrate how the regional and multilateral organizations in South America are redefining their (geo) political and economic spaces nowadays. In the 21st century, some events marked the reordering of the “power blocs” in Latin America, among which we can mention: the attacks of September 11th, decreasing the coercive power of the United States in the region; failure to complete the Doha round of the WTO; “left turn”, with the election of a number of leftist presidents in Latin America; the increased international demand for agricultural, mineral and energy commodities; China’s rise, raising new trade partnerships with the Asian country; the global economic crisis that began in 2008. Thus, changes in relations between South American countries and their groupings are therefore noticeable. In the end of the Cold War a first wave of globalization took place on the continent, of which regionalization was an important phenomenon. However, an idea that suggests the inevitability of globalization and passive adjustment have evolved to the understanding of a scenario of complex interdependence, predicting reciprocity and negotiated dependence. In this context, since 2001 there’s a new wave of regionalization in Latin America, especially in South America. The new integration perspectives are overcoming the “merely by commercial relations” integration, aiming at a more complex and productive relationship. In this context we can observe initiatives like the strengthening Mercosur, the UNASUR and its new institutions (Bank of the South, CDS, COSIPLAN etc) and the CELAC (created in 2010) - The Community of Latin American and Caribbean States - heir to CALC (2008), which brings together 32 Latin American countries.

KEYWORDS. REGIONAL INTEGRATION, SOUTH AMERICA, ECONOMIC DEVELOPMENT.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

A integração regional passou por diversas fases ao longo do século XX e vem sofrendo modificações estruturais ainda no século XXI. Torna-se importante, portanto, repensar os esquemas teóricos que enquadram as organizações regionais e multilaterais na América do Sul, que estão gerando grandes transformações geopolíticas/ geoeconômicas na atualidade. Assim como cada potência hegemônica baseou sua ordem mundial em uma grande instituição (a Holanda no Tratado de Westfália, a Inglaterra no Congresso de Viena, e os EUA em Bretton Woods), os países emergentes parecem buscar a integração regional como estratégia de desenvolvimento, fazendo dessa nova fase de regionalização uma base para uma maior inserção internacional.

Os modelos de integração regional surgem no pós 2ª. Guerra Mundial. A integração regional no mundo inspira-se no modelo europeu (iniciado com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de 1951, passando para Mercado Comum Europeu e desembocando na atual União Europeia, com 28 países e 10 candidatos). Apesar de não existir um consenso sobre o assunto, a maior parte dos autores concorda que existem entre quatro e seis modelos de integração, variáveis de acordo com o seu aprofundamento (cinco deles podem ser vistos na Tabela 1).

TABELA 1 – Principais tipos de integração regional

CARACTERÍSTICAS	ACORDO DE PREFERÊNCIAS COMERCIAIS	ÁREA DE LIVRE- COMÉRCIO	UNIÃO ADUANEIRA	MERCADO COMUM	UNIÃO MONETÁRIA
Redução de tarifas entre os participantes:					
Parcial	•				
Total		•	•	•	•
Tarifação em relação a terceiros países:					
Diferenciadas	•	•			
Iguais			•	•	•
Políticas Macro Comuns:					
Câmbio		•	•	•	•
Monetária			•	•	•
Fiscal			•	•	•
Regulação de Capital e Trabalho				•	•
Livre Mobilidade de fatores entre países participantes					
				•	•
Autoridade Monetária Comum					
					•

Fonte: (BAUMANN, 2013: 10).

Os seis tipos comumente citados, em ordem de aprofundamento, são: área de preferência tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e monetária e união política.

A regionalização foi uma primeira “onda” da globalização. A ideia de globalização, para alguns autores, sugere inevitabilidade e ajustamento passivo. Já para a teoria da interdependência complexa, o sistema mundial como organizado sugere reciprocidade e dependência negociada (KEOHANE, R. e NYE, J. 1977).

De 2001 para cá há uma nova onda de regionalização na América Latina, especialmente na América do Sul. No século XXI, alguns eventos marcaram o reordenamento dos “blocos de poder” na América Latina: atentados de 11 de setembro diminuindo o poder coercitivo dos EUA na região; “giro a la izquierda”: eleição de uma série de presidentes de esquerda na América Latina; maior demanda internacional pelas commodities agrícolas, minerais e energéticas; parceria comercial com a China; crise econômica mundial iniciada em 2008.

As novas perspectivas para a integração na América Latina compreendem:

- O fortalecimento do Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) – entrada da Venezuela aumenta o mercado interno consumidor.
- a criação da UNASUL - A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é formada pelos doze países da América do Sul. Criada em 2008, entrou em vigor em 2011. Organização abrangente – Banco do Sul, CDS, COSIPLAN etc.
- a fundação da CELAC (criada em 2010) - A Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos – herdeira da CALC (2008), congrega 32 países da América Latina.
- a possibilidade de ALADI: criada em 1980, é uma continuação da ALALC da década de 60. Tem como meta a criação de um mercado comum.
- ALBA (criada em 2004) - Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Venezuela, Bolívia, Equador, Cuba e outros países da América Central.
- Aliança do Pacífico (estabelecida em 2012): Chile, Colômbia, México e Peru.
- Outras organizações: OEA, OTCA, Grupo do Rio.
- Avanço da cooperação SUL-SUL.

INTERLOCUÇÃO TEÓRICO CONCEITUAL

O presente trabalho é parte de um projeto maior que pretende realizar o diálogo entre as teorias do desenvolvimento, do campo das ciências sociais, as teorias da integração regional, presentes na economia, nas relações internacionais e na geografia, e do corpus teórico mais específico da geografia no tocante ao desenvolvimento regional e à geografia política.

A prospecção inicial vem das teorias do desenvolvimento no campo das ciências sociais e seu rebatimento nas relações internacionais, consubstanciado nas Teorias da Dependência.

As Teorias da Dependência – podendo ser assim chamadas dado o grande número de autores e contribuições – foram bastante influenciadas pela teoria do imperialismo Leninista, que transpunha o Marxismo para as Relações Internacionais, e via as Relações Internacionais como as Relações entre Estados Nacionais que se diferenciam por sua posição no sistema ou por seus recursos de poder.

Os diversos teóricos da teoria da dependência apontam o subdesenvolvimento como produto

do desenvolvimento das forças produtivas globais, ou melhor, das economias dos países do centro capitalista. Logo, os países subdesenvolvidos estão na situação de subdesenvolvimento porque é necessário que assim estejam para que seus excedentes econômicos sejam apropriados pelos países centrais. A dependência seria, portanto, fundamental para o funcionamento da economia mundial.

Com a maior inserção do Brasil e dos países latino-americanos em geral no sistema internacional, em meados do século XX, fez-se necessário construir um arcabouço teórico que fosse capaz de explicar os mecanismos que regulavam a inserção dependente desses países. Por isso surgiu, nos anos 1960, a Teoria da Dependência, um corpus teórico que buscava identificar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região. Ainda na década de 1970 a teoria da dependência desembocou na teoria do sistema-mundo. A partir da globalização, essa perspectiva assume novos contornos, tentando ambientar a análise da política internacional como parte de um processo histórico mais global, buscando não só compreender, como fazer uma teoria social que sirva para a reinterpretação do mundo contemporâneo e de suas imbricações geopolíticas.

Embora não se constitua num corpo teórico homogêneo, abrigando, conforme visto, diversos autores, com diferentes escolas de pensamento e distintas concepções teóricas, a teoria da dependência não deve ser negligenciada no estudo da política internacional. Como expresso em Nogueira; Messari (2005: 128),

o estudo das teorias (...) como a da Dependência, se restringiu aos currículos das matérias de desenvolvimento econômico ou de estudos regionais”. Portanto, os autores procuram “demonstrar que a atitude dominante na disciplina [Relações Internacionais] é equivocada”, pois o próprio Marx e os teóricos da dependência buscaram “integrar a análise do capitalismo em escala mundial ao exame das relações internacionais propriamente ditas.

Nesse sentido, percebe-se a importância da contribuição do marxismo para as relações internacionais. Segundo Nogueira; Messari (2005: 16), a contribuição do marxismo para as relações internacionais é muitas vezes desconsiderada “pelos manuais convencionais da disciplina por não desenvolver uma teoria de RI propriamente dita”.

Entretanto, de acordo com os mesmos autores, “a herança marxista, que enseja a análise das relações sociais em sua totalidade, rejeitando a separação entre economia e política” Nogueira; Messari (2005: 16), trouxe abordagens que “procuram integrar a dinâmica do capitalismo mundial ao estudo do funcionamento do sistema internacional”. Portanto, concluem os autores,

“A contribuição das teorias do imperialismo, da dependência e do sistema-mundo para a investigação sobre as causas da desigualdade e das assimetrias de poder nas relações internacionais é inegável e deveria merecer maior atenção dos estudiosos de RI tanto nos cursos de graduação e pós-graduação quanto nos debates acadêmicos” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005: 16).

Lógica semelhante segue Coutinho (2012: 97) ao se referir à escassez da produção em relações internacionais no Brasil e na América Latina. Ao fazê-lo, reconhece a importância da teoria da dependência para o campo de RI, atestando que

Basicamente, além dos estruturalistas latino-americanos, apenas uma obra sobre Dependência e Desenvolvimento, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, contribuiu com algo valioso para o debate internacional. Está na hora disso começar a mudar, aproveitando abordagens pós-colonialistas, neodependentistas e quaisquer outras, desde que com qualidade. (COUTINHO,

2012: 97).

A teoria da dependência “representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas (...)” (SANTOS, 2000: 26).

Compreendendo que desenvolvimento e subdesenvolvimento são resultados históricos do desenvolvimento do capitalismo, a teoria da dependência é um esforço de reflexão de teóricos da América Latina que percebem que seus países conquistaram independência política, mas permanecem dependentes economicamente. Essa teoria vai buscar as causas da manutenção da dependência e as formas de superá-la.

Para Santos (2000: 26), os antecedentes imediatos para a teoria da dependência são:

1. Crítica ao eurocentrismo implícito na teoria do desenvolvimento.
2. O debate latino americano sobre o subdesenvolvimento.

Com base nessas críticas, a teoria da dependência estabelece quatro premissas fundamentais (SANTOS, 2000: 26-27):

1. O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
2. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
3. O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
4. A dependência não é só um fenômeno externo, mas ele se manifesta na estrutura interna (social, ideológica e política); contribuição de Cardoso & Faletto (1977) para essa definição.

Recuperando o que já foi dito anteriormente, a teoria da dependência não foi fruto de apenas um autor, podendo ser agrupada em quatro principais correntes (escolas) de pensamento (SANTOS, 2000: 27-28):

- a) A crítica estruturalista Cepalina (que descobre os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo): com teóricos como Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch.
- b) Neomarxista: com teóricos como Theotônio dos Santos, Rui Mauro Maurini e Vania Bambirra.
- c) Corrente fora das tradições marxistas: capitaneada por André Gunder Frank.
- d) Corrente Marxista mais ortodoxa: que tem como principais representantes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Esta corrente é mais ortodoxa porque foi a que mais se ateve às lutas de classe dentro do país, diferente das outras que enfocavam mais as relações internacionais. Inclusive tomando esse aspecto com ponto fundamental para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento

de um país.

Nas palavras de Cardoso; Faletto (1997: 141), a novidade da hipótese não está no reconhecimento de uma dominação externa - processo óbvio - mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado.

Essa última corrente diverge um pouco das outras porque esses autores demonstraram a debilidade da burguesia nacional e sua disposição em converter-se em associada menor do capital internacional. Dessa forma, aceitam a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa.

Para Cardoso & Faletto (1977), os verdadeiros inimigos nacionais são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora - não são os países desenvolvidos -, que limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo patamar de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou na década de 70.

Reestabelecendo as perspectivas da teoria da dependência, Santos (2000) assevera que os dependentistas previram, inclusive, a importância das integrações regionais na América Latina como caminho mais sólido para a integração regional de todo o continente.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Pretende-se, portanto, demonstrar de que forma a integração regional pode contribuir para que as economias em “catch up” alcancem o desenvolvimento, identificando e superando a lógica de dependência. Defende-se a ideia da integração regional como uma possibilidade mais adequada para os países em desenvolvimento adotarem “políticas e instituições mais adequadas ao seu estágio de desenvolvimento” (CHANG, 2004: 232).

Para Cardoso e Faletto (1977: 15), por mais que “os graus de diferenciação da estrutura social dos diversos países da região condicionem de forma diversa o crescimento econômico, não é suficiente substituir a interpretação econômica do desenvolvimento por uma análise sociológica”. É preciso que se faça uma análise integrada “que forneça elementos para uma resposta mais ampla sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos e suas condições político-sociais”.

De acordo com Aravena (2012: 18), “O surgimento dessa nova forma de regionalismo, apesar de ter uma clara ênfase regional, ao mesmo tempo parece apontar a promoção em escala global o desenvolvimento de um multilateralismo cooperativo”.

É preciso encontrar uma organização para a integração regional na América Latina que supere a desconfiança da pouca eficiência, já que há uma ideia geral de que o grande número de organizações voltadas para a integração da América Latina atrapalhe o avanço das iniciativas.

Um diagnóstico bastante frequente entre especialistas do norte e também do sul é o de frustração com relação à experiência dos processos de integração latino-americano que alegadamente se fragmentaram em inúmeras iniciativas que se sobrepuseram, mas com fraca articulação entre elas e perda de eficiência e relevância em vista de suas expectativas iniciais. (LIMA, 2013: 176).

Ainda em ARAVENA (2012: 61) encontram-se questionamentos sobre três desafios possíveis que a integração regional nessas paragens deve enfrentar nos próximos anos, e que, com a superação deles, poderá contribuir bastante para o desenvolvimento do nosso continente: contribuir para a promoção do desenvolvimento dos países da região, estabelecer mecanismos para se criar uma comunidade integrada latino-americana, e ser capaz, mais do que outras iniciativas de integração regional, de ter eficácia, com instituições que sejam realmente funcionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto; OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos Lessa. *Integração Regional: Uma introdução* – Coleção temas essenciais vol. 3. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
- ARAVENA, Francisco Rojas. La Celac y la integración latino-americana y caribenha. *Revista Nueva Sociedad*, nº240, 2012.
- ARAVENA, Francisco Rojas. *Escenarios Globales Inciertos: Los Desafíos de la CELAC*. San José, C.R.: FLACSO, 2012.
- BAUMAN, Renato. *Integração Regional. Teoria e experiência latino-americana*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.
- COUTINHO, Marcelo. *Relações internacionais: evolução e teorias da ciência do mundo*. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.
- HELD, David, MCGREW, Anthony, GOLDBLATT, David, PERRATON, Jonathan. *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andréa Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus – Elsevier, 2004.
- KEOHANE, Robert & NYE, Joseph. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Canada: Little, Brown & Company Ltd, 1977.
- LIMA, Maria Regina Soares de. *Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil*. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, n. 90, p. 167-201, 2013.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debate*. Rio de Janeiro: Elsevier/Editora Campus, 2005.
- SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- VITTE, Claudete Castro Silva; PIERI, Vitor Stuart Gabriel. *A América Latina no Séc. XXI: Estado, Economia, Território e Integração Regional*. Rio de Janeiro: Centro de estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2013.
- WIESENBRON, Marianne; GRIFFITHS, Rhicard T. *Processos de integração regional e cooperação intercontinental desde 1989*. UFRGS Editora, 2009.